

## RACISMO ESTRUTURAL E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGRAS/OS NA UNIVERSIDADE

*Wenderson Silva Ribeiro\**, *Maíra Tavares Mendes\*\**

### RESUMO

As ações afirmativas foram fundamentais para diminuir a desigualdade racial no ensino superior brasileiro. Há alguns anos era pequena a parcela da população negra nas universidades, o que só mudou após a aprovação das cotas nas instituições de ensino superior. Todavia, mesmo com a conquista do ingresso às universidades, as ações afirmativas não resolveram os problemas relacionados à permanência de estudantes negros, principalmente os relacionados à permanência simbólica. Neste sentido, realizamos esta pesquisa para compreender a relação entre o racismo estrutural e os obstáculos à permanência dos estudantes negros. Trata-se de uma investigação qualitativa e exploratória que envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas com 19 estudantes em uma universidade federal paulista, no ano de 2019. Os resultados demonstram como a violência e o racismo dificultam e, em alguns casos, impossibilitam a permanência de negros nas universidades, evidenciando a necessidade da construção de políticas de permanência estudantil que levem em conta o racismo estrutural.

**Palavras-chave:** permanência estudantil; racismo estrutural; violência simbólica; ações afirmativas.

---

\* Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Membro do Grupo de Pesquisa em Acesso, Permanência e Evasão na Universidade (GRAPEUNI). ORCID: 0000-0002-8962-1449. Correio eletrônico: wenderson.ashanti@gmail.com.

\*\* Professora Adjunta no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Líder do Grupo de Pesquisa em Acesso, Permanência e Evasão na Universidade (GRAPEUNI). ORCID: 0000-0003-1697-3133. Correio eletrônico: mtmendes@uesc.br.

## **SYSTEMIC RACISM AND BLACK UNDERGRADUATE STUDENT RETENTION**

### **ABSTRACT**

Affirmative action has been fundamental in reducing racial inequality in Brazilian higher education. A few years ago the participation of Black students in undergraduate courses used to be small, which has only changed after the approval of quotas in higher education institutions. However, even after the accomplishment of admission policies to universities, affirmative action has not solved the problems related to Black student retention, especially those related to symbolic aspects. In this sense, we have conducted this research to understand the relationship between structural racism and obstacles to Black undergraduate student retention. This is a qualitative and exploratory research with semi-structured interviews conducted with 19 students from a Federal University in São Paulo state, Brazil, in 2019. The results show how violence and racism hinder and in some cases make it impossible for Black students to remain in universities, highlighting the need to build policies for student retention that take into account structural racism.

*Keywords: student retention; systemic racism; symbolic violence; affirmative action.*

## **RACISMO ESTRUCTURAL Y PERMANENCIA DE ESTUDIANTES NEGROS/AS EN LA UNIVERSIDAD**

### **RESUMEN**

*Las acciones afirmativas han sido fundamentales para reducir la desigualdad racial en el ámbito de la enseñanza superior brasileña. Hace algunos años, el sector de la población negra en las universidades era pequeño, el cual solo ha cambiado tras la aprobación de la ley de las cuotas en las instituciones de enseñanza superior. Sin embargo, aun con la conquista del ingreso a las universidades, las acciones afirmativas no han solucionado los problemas relacionados con la permanencia de estudiantes negros, sobre todo aquellos que tienen que ver con la permanencia simbólica. Por ende, hemos realizado esta investigación a fin de comprender la relación entre el racismo estructural y los obstáculos a la permanencia de los estudiantes negros. Se trata de una investigación cualitativa y exploratoria con la*

realización de entrevistas semiestructuradas llevadas a cabo con 19 estudiantes de una Universidad Federal en el estado de São Paulo, Brasil, en el año de 2019. Los resultados demuestran cómo la violencia y el racismo dificultan y en algunos casos imposibilitan la permanencia de los negros en las universidades, lo cual evidencia la necesidad de la construcción de políticas de permanencia estudiantil que tengan en cuenta el racismo estructural.

**Palabras clave:** permanencia estudiantil; racismo estructural; violencia simbólica; acciones afirmativas.

## 1 INTRODUÇÃO

A política de cotas raciais foi uma das grandes conquistas do movimento negro neste século. O debate acerca da necessidade de políticas para a inserção do negro ganha força na década de 1980 com a reorganização do movimento negro nacionalmente e com a reabertura democrática (MOEHLECKE, 2002). Porém, é a partir da segunda metade de década 1990 que o debate sobre as cotas raciais para acesso ao ensino superior ganha destaque na sociedade civil, principalmente por conta da realização da *Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida*, em 20 de novembro de 1995, em Brasília (DF). Neste dia, lideranças do movimento negro entregaram ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o programa para superação do racismo, em que se apontava a necessidade de ações afirmativas no ensino superior e no mercado de trabalho (GOMES, 2017).

Em 2022 ocorreu o marco de 10 anos da aprovação da Lei n.º 12.711/2012, a Lei de Cotas. Trata-se de uma lei que consolidou uma série de medidas no âmbito de ações afirmativas para o ingresso em universidades públicas, estabelecendo a obrigatoriedade da implementação de reserva de 50% das vagas de instituições federais de ensino para estudantes de escolas públicas, negros e indígenas, posteriormente ampliando para pessoas com deficiência<sup>1</sup>.

Segundo Feres Junior *et al.* (2018, p. 13), considera-se ação afirmativa “[...] todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo”. Ainda que a lei tenha estabelecido esta obrigatoriedade, instituições como as universidades estaduais fluminenses (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Universidade Estadual

---

<sup>1</sup> A Lei n.º 13.409/2016 ampliou o público da Lei de Cotas para incluir as pessoas com deficiência.

Norte Fluminense – UENF) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) já possuíam experiência com este tipo de política de ação afirmativa desde 2002<sup>2</sup>.

Esta importante conquista alterou qualitativamente o ingresso da população negra à universidade, mas sem necessariamente tratar da permanência e da formação com qualidade até a conclusão. Segundo Tereza Veloso e Carina Maciel (2015), o acesso envolve estas três dimensões, que são indissociáveis. Passadas duas décadas de experiência com políticas de ação afirmativa para o ingresso nas universidades públicas, a literatura recente tem chamado atenção para a necessidade de analisar as condições em que esses estudantes conseguem realizar seus cursos, ou seja, as condições de permanência (FERNANDES, 2022; HERINGER; CARREIRA, 2022; JESUS *et al.*, 2019; SANTOS, 2017).

O debate em torno da condição de permanência de estudantes negros e negras nas universidades é um tema relativamente novo na produção acadêmica acerca da permanência estudantil (MENDES, 2020). O próprio ingresso desses estudantes nas instituições de ensino superior só ocorreu de maneira expressiva nas últimas duas décadas, com a construção e a ampliação das universidades ao redor do Brasil, e com a aprovação das cotas.

Compreendemos a permanência não somente como o ato de continuar fisicamente na universidade, mas sim um ato que envolve condições materiais e simbólicas, como aponta Dyane Santos (2009, p. 70-71):

[...] entendemos que a permanência na Universidade é de dois tipos. Uma permanência associada às condições materiais de existência na Universidade, denominada por nós de Permanência Material e outra ligada às condições simbólicas de existência na Universidade, a Permanência Simbólica. Antes vale dizer que entendemos por condições simbólicas a possibilidade que os indivíduos têm de identificar-se com o grupo, ser reconhecido e de pertencer a ele.

Neste sentido, as ações afirmativas são consideradas como ferramentas de diminuição da desigualdade social e racial no ingresso ao ensino superior, porém sozinhas não são capazes de garantir a permanência e a formação de qualidade dos estudantes negros nas universidades. Estes aspectos são ainda visivelmente insuficientes, já que as dificuldades relacionadas à questão racial não desaparecem ou diminuem quando os estudantes negros entram na universidade.

---

<sup>2</sup> As universidades estaduais fluminenses foram as primeiras a estabelecer reserva de vagas com critérios raciais em atendimento à Lei Estadual n.º 3708, de 9 de novembro de 2001 – 40% das vagas para pessoas negras. A UNEB foi a primeira universidade pública brasileira a aprovar por resolução própria a implementação de reserva de vagas com critérios raciais – para cursos de graduação e de pós-graduação – através da Resolução CONSU n.º 196/2002.

Diante disto, o presente trabalho tem por objetivo investigar a relação entre racismo estrutural e obstáculos à permanência dos estudantes negros em uma universidade federal paulista multicampi, particularmente quanto à dimensão simbólica.

Trata-se de um recorte de uma pesquisa mais ampla que visou identificar estratégias de permanência de estudantes com marcadores da diferença (estudantes negros/as, indígenas, com deficiência e/ou mães) em uma universidade federal paulista. A coleta de dados foi realizada ao longo do ano de 2019, o primeiro ano da gestão Bolsonaro.

A abordagem utilizada foi qualitativa e exploratória, e lançou mão de um questionário *on-line* divulgado nos *campi* da instituição, convidando estudantes a participar da pesquisa, obtendo 91 respostas. As/os estudantes com os marcadores de interesse foram convidados a participar de uma entrevista semiestruturada, que totalizou 29 participantes entrevistados. Cada entrevista foi gravada, transcrita e submetida à análise de conteúdo.

Para fins deste trabalho, que visa analisar a relação entre racismo estrutural e permanência de estudantes negros e negras, foram analisadas 19 entrevistas, sendo que participaram 13 mulheres e 6 homens. A título de contextualização, cabe notar que as/os estudantes negras/os entrevistadas/os eram, em sua maioria, cotistas, porém alguns ingressaram por meio de ampla concorrência. A imensa maioria relatou serem os primeiros de suas famílias a ingressar na universidade pública, de origem social popular (classe média/média-baixa). Todos os homens se autodeclararam pretos, enquanto, entre as mulheres, este número foi de cinco pretas e oito pardas. Neste trabalho são discutidos alguns dos trechos mais representativos que expressam a relação entre o racismo e a dificuldade de se manter na universidade.

Este texto está organizado da seguinte maneira: a) esta introdução, em que apresentamos o problema de pesquisa e a metodologia; b) uma seção discutindo o que se entende por racismo estrutural, a partir das contribuições de Sílvia Almeida (2019) e Gislene Santos (2002); c) uma seção tratando da violência simbólica enfrentada por estudantes negros na universidade pesquisada; e d) considerações finais a partir dos dados levantados.

## 2 O CONCEITO DE RACISMO ESTRUTURAL

O racismo é um dos principais problemas sociais e é tema de candentes debates na sociedade civil. Recentemente a luta do movimento negro, o combate ao mito da democracia racial e, conseqüentemente, a desconstrução da ideia do Brasil como um paraíso das “três raças” se intensificaram. Casos como o de George Floyd, homem negro brutalmente

assassinado por um policial branco nos Estados Unidos, repercutiram em grandes debates sobre racismo. Da mesma forma, casos que ocorrem aqui no Brasil evidenciam a falsidade da tese da relação racialmente harmoniosa e fazem com que haja uma ampliação da discussão sobre o racismo.

Todavia, embora o racismo tenha cada vez mais destaque no debate público, não significa que haja consenso sobre sua existência ou como se manifesta nas relações sociais. Até mesmo no interior do movimento negro existem discordâncias polêmicas acerca do que é e como surge o racismo. Por estas questões, faz-se necessário discutir as dimensões do racismo antes de tratarmos das condições de permanência dos estudantes negros.

Diversos são as/os intelectuais que estão produzindo conhecimento sobre o racismo no Brasil<sup>3</sup>. Almeida (2019) historiciza o racismo e discorre sobre as abordagens recorrentes no debate sobre ele. Segundo Almeida (2019), é um produto da modernidade, visto que a expansão mercantilista por meio das invasões coloniais forjou uma base material a partir da qual a cultura renascentista foi imposta como universal.

Se antes desse período ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas. Falar de como a ideia de raça ganha relevância social demanda a compreensão de como o homem foi construído pela filosofia moderna (ALMEIDA, 2019, p. 25).

6

Como Almeida (2019) demonstra, somente na modernidade, no momento de expansão da economia mercantilista e do colonialismo, é que a ideia de raça ganha centralidade na distinção entre diferentes povos e na justificativa de brutalidades como a escravidão. Entretanto, isto não significa que, antes do colonialismo, não existisse uma visão negativa de determinados povos em relação ao signo negro. Afirma Gislene Aparecida dos Santos (2002, p. 45) que,

---

<sup>3</sup> É importante salientar que, no último período, o conceito de “racismo estrutural” foi questionado e criticado por um dos grandes intelectuais brasileiros, Muniz Sodré (2023), em seu último livro, intitulado *O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional*. Nesta obra, Sodré (2023) prioriza a ideia de uma forma social escravista como variação do fascismo, em detrimento do conceito de estrutura. Trabalhamos com o conceito de racismo estrutural de Almeida por proximidade epistemológica no campo do materialismo histórico-dialético, porém sem desconsiderar outras possibilidades de leituras para as condições de permanência de estudantes negros e negras nas universidades brasileiras.

[...] mesmo antes da elaboração da noção de raça como algo que diferenciava grupos de sujeitos no mundo, a cor negra já possuía características negativas. A busca da compreensão da origem desta oposição branco/negro e da própria diversidade humana atravessou séculos. As questões levantadas pelos iluministas expandiram-se e tornaram-se ainda mais complexas.

A constatação da existência dessas ideias em torno do signo negro anteriores à modernidade é consenso entre os que estudam a questão racial, entretanto como analisar essas ideias é tema de debates polêmicos. Alguns estudiosos já caracterizam essas ideias como fruto de um racismo, como é o caso de Carlos Moore (2007). Silvio Luiz de Almeida e Gislene Aparecida dos Santos compreendem de outra forma. Para a filósofa, “[...] no momento em que as teorias políticas ganham práticas, o racialismo encontra o racismo” (SANTOS, 2002, p. 46). É somente na modernidade que as ideias racialistas ganham força material e se transformam em uma ideologia de dominação que conhecemos como racismo.

Ao afirmar que o racismo é uma ideologia, Almeida (2019) pondera que o conceito de ideologia com o qual trabalha não diz respeito a uma visão falseada da realidade, na qual o racismo seria lido como uma espécie de equívoco. Ideologia é considerada pelo autor como uma prática social que molda o inconsciente.

Dessa forma, a ação dos indivíduos, ainda que conscientes, “se dá em uma moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente”. Ou seja, a vida cultural e política no interior da qual os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos autoconscientes e onde formam os seus afetos é constituída por padrões de clivagem racial inseridos no imaginário e em práticas sociais cotidianas (ALMEIDA, 2019, p. 63).

Se chegarmos à conclusão de que somente a existência de ideias sobre a inferioridade do negro é suficiente para afirmar a existência de racismo, estamos partindo do pressuposto de que o racismo é meramente uma ideia, e não um conjunto de ações concretas para manutenção de poder e construção de desigualdade entre os sujeitos de diferentes raças. Em outras palavras, o racismo, assim como qualquer ideologia, fundamenta-se em práticas sociais. É para superar esta análise individualista e idealista do racismo que o termo racismo estrutural é cunhado.

Como Almeida (2019) aponta logo na introdução de seu livro, o racismo só é possível se for estrutural. Por isso o “racismo reverso” não é possível, já que não existe nenhuma condição estrutural que possibilite aos negros/as vantagens em relação aos sujeitos brancos. Ao comparar um negro a um macaco, a pessoa racista só está reafirmando um discurso de afastamento dos negros da humanidade, procurando aproximá-los da condição de animais

irracionais, algo reafirmado historicamente, e que serviu como justificativa para brutalidades como a escravidão. Silvio Luiz de Almeida (2019, p. 67) salienta que

O racismo é uma ideologia, desde que se considere que toda ideologia só pode subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas. Mulheres negras são consideradas pouco capazes porque existe todo um sistema econômico, político e jurídico que perpetua essa condição de subalternidade, mantendo-as com baixos salários, fora dos espaços de decisão, expostas a todo tipo de violência. Caso a representação das mulheres negras não resultasse de práticas efetivas de discriminação, toda vez que uma mulher negra fosse representada em lugares subalternos e de pouco prestígio social haveria protestos e, se fossem obras artísticas, seriam categorizadas como peças de fantasia. Mas há outro ponto a ser considerado. O significado das práticas discriminatórias pelas quais o racismo se realiza é dado pela ideologia.

Esta citação evidencia porque não existe o “racismo reverso”. Afirmar que o racismo é uma ideologia não significa ignorar as questões materiais do racismo nem sua complexidade. Como bem aponta Almeida (2019, p. 66), “O racismo é antes de tudo uma prática social”.

Sendo o racismo construído como essa prática social de inferiorização sistemática dos sujeitos negros, ele cria lugares vistos como de brancos e de negros, espaços simbólicos de pertencimento. Ao negar a humanidade do negro, produz o desejo de embranquecimento, já que a única maneira de ser aceito é sendo branco; assim a tarefa do negro em uma sociedade racista é tornar-se branco (FANON, 2009).

Frantz Fanon (2009, p. 188), ao tratar sobre a alienação do negro em uma sociedade racista, argumenta que “O negro quer ser como o branco. Para o negro não há senão um destino. E ele é branco. Já faz muito tempo que o negro admitiu a superioridade indiscutível do branco e todos os seus esforços tendem a realizar uma existência branca”.

Esses esforços para realizar uma existência branca demonstram a dimensão da violência racial sofrida por negros/as em uma sociedade racista, especialmente em espaços historicamente construídos como lugares brancos, como é o caso das instituições de ensino superior. Lima Barreto, ao contar relatos de sua vida no *Diário íntimo*, ilustra bem o sofrimento que contidamente as pessoas negras passam ao se notar estranhas em determinados espaços:

Fui a bordo ver a esquadra partir. Multidão. Contato pleno com meninas aristocráticas. Na prancha, ao embarcar, a ninguém pediam convite; mas a mim pediram. Aborreci-me. Encontrei Juca Floresta. Fiquei tomando cerveja na barca e saltei. É triste não ser branco (BARRETO, 1969, p. 84).

Esta citação descreve de forma direta e angustiante a brutalidade do racismo e traduz perfeitamente o sentimento de pessoas negras que optam pelas “máscaras brancas” como estratégia de sobrevivência. Entretanto, mesmo os que optam por esse caminho sofrem a violência simbólica, especialmente em espaços hegemonicamente brancos, como é o caso das universidades.

### **3 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NEGROS**

Nem toda a violência sofrida por pessoas negras em uma sociedade racista é de natureza material. Muitas vezes, essas violências são de ordem simbólica. Estudantes negros frequentemente lidam com essa violência simbólica no ambiente universitário. Esta violência dificulta a permanência no ambiente acadêmico e transforma a universidade em um ambiente hostil aos estudantes que fogem ao padrão universitário historicamente consolidado. Pierre Bourdieu (2002, p. 7-8), principal referência no debate, afirma que a violência simbólica é

[...] invisível [a] suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele.

9

Como salientamos na seção anterior, é o racismo estrutural que possibilita esta dominação simbólica na qual os não brancos são subordinados, já que são sujeitos vistos como o “Outro” do branco.

A violência simbólica impõe uma coerção que se institui por intermédio do reconhecimento extorquido que o dominado não pode deixar de outorgar ao dominante quando somente dispõe, para pensá-lo e para pensar a si mesmo, de instrumentos de conhecimento que têm em comum com o dominante e que constituem a forma incorporada da relação de dominação (SANTOS, 2002, p. 23).

O racismo é uma ideologia que medeia todas as relações sociais, constrói divisões sociais a partir da ideia de raça e normaliza essas divisões. Por isso, o racismo é estrutural e não meramente uma ideia ou problemas de indivíduos isolados. Podemos perceber o racismo atuando ao olharmos para os diferentes âmbitos sociais. É muito provável que a maioria das

pessoas ocupando locais de maior prestígio seja branca, e que o inverso ocorra em lugares de menor prestígio: espaços de trabalho com menores salários ou locais com menos condições básicas de habitação e moradia.

No Brasil, um país de passado escravista, a universidade foi, até poucos anos atrás, um espaço sem ou com pouca presença da população negra. Tal situação é uma das consequências do racismo, que atuou para impedir e limitar os negros de terem condições para entrar nas instituições de ensino superior.

Como salientamos anteriormente, mesmo anos depois da aprovação das cotas raciais e entrada massiva de pessoas negras e pobres nas universidades, a universidade ainda é um lugar hegemonicamente branco, o que dificulta a permanência de estudantes negros se considerarmos a dimensão simbólica (SANTOS, 2009, 2017).

Todavia, como é próprio do racismo operar para naturalizar relações sociais desiguais entre as raças, sem que as próprias vítimas do racismo percebam o quanto determinados lugares são violentos, muitos estudantes acabam não notando o quanto suas condições em determinados espaços são dificultadas pelo racismo.

Dentre os estudantes que entrevistamos, há quem aponte as dificuldades encontradas no interior da universidade por conta do racismo, como é o caso de Lorena<sup>4</sup>, uma estudante mãe do curso de Letras. Ao ser questionada sobre a existência de preconceito na universidade, ela responde:

Então, para mim, essa foi uma forma de preconceito, mas racismo direto de um professor para um aluno diretamente nunca presenciei. Eu lembro que na graduação, de ter tido um ou dois ou três professores negros. Isso, claro, é o racismo estrutural. É outra questão, mas nunca presenciei de um professor chegar a ser racista com um aluno. Eram essas questões mais gerais que a gente percebia, um certo preconceito (Lorena, estudante parda).

Lorena demonstra compreender a falta de professores negros como manifestação do racismo estrutural, em decorrência do afastamento histórico da população negra dos espaços acadêmicos. Além disto, a fala da estudante aponta para a dificuldade encontrada pelos estudantes negros que não se reconhecem na universidade, muito semelhante ao depoimento de Lucas, estudante de um curso na área de Ciências Sociais Aplicadas<sup>5</sup>:

---

<sup>4</sup> Todos os nomes aqui apresentados são fictícios para garantir o anonimato das/dos entrevistados.

<sup>5</sup> O nome do curso foi omitido para evitar a identificação da instituição.

O fato de eu ser negro nessa universidade... Olha, assim, eu me sinto representado. Isso depende, por exemplo, no quadro de alunos têm bastante alunos negros, por incrível que pareça. Algumas pessoas acham que não, mas... não é o suficiente, talvez. Mas acho que tem bastante gente. Já comparando ao que falavam há muito tempo atrás, ou até mesmo o que eu ouvia. E no quadro de professores, acho que não tem nenhum professor negro. Acho que aí é onde falta, sei lá, talvez um espelhamento, uma coisa do tipo (Lucas, estudante preto).

O debate sobre a questão do reconhecimento dos negros/as nos espaços de prestígio social é fundamental para o movimento negro, e diversos autores trataram sobre a temática. Mbembe (2018, p. 28), a partir das contribuições de Frantz Fanon, conceitua como alterocídio o processo em que o negro não é reconhecido como semelhante ao hegemônico:

De resto, consiste naquilo que se consola odiando, manejando o terror, praticando o alterocídio, isto é, constituindo o outro como não semelhante a si mesmo, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir na impossibilidade de assegurar seu controle total. Mas, como explica Frantz Fanon, raça é também o nome que se deve dar ao ressentimento amargo, ao irreprensível desejo de vingança, isto é, à raiva daqueles que condenados à sujeição, veem-se com frequência obrigados a sofrer uma infinidade de injúrias, todos os tipos de estupros, humilhações, e incontáveis feridas.

Neste processo de construção dos/as negros/as como não semelhantes aos brancos, lugares como a universidade passam a ser violentos à população negra. O processo de alteridade é interdito, o que constrói nos negros uma sensação de não pertencimento. Evellyn da Rosa e Míriam Alves (2020, p. 7), ao tratarem do alterocídio, afirmam que é “[...] este que produz sentimento de inadequação e de não pertencimentos em homens e mulheres negras”. Este sentimento está presente nas falas de alguns dos entrevistados, como é o caso de Kelly, estudante de um curso de Ciências Sociais Aplicadas:

Em relação a preconceito, essas coisas, eu não senti diretamente dos alunos, mas a sensação que eu tenho, no geral, é que não pertença a esse lugar. Eu não me encaixo aqui. [...] Eu não faço parte do mundo das pessoas que estão aqui. Para mim é quase uma tortura vir para cá. Não me sinto aceita aqui. Enquanto a maioria dos meus amigos pessoais ou já se formou ou vai bem em faculdades grandes particulares. Eu estou aqui, cara, eu me sinto muito mal (Kelly, estudante preta).

Ao ser questionada se os amigos tinham o mesmo sentimento, a estudante afirmou o seguinte:

Tem, dos poucos amigos que fiz aqui, tem a maioria que sente da mesma forma. Só está aqui pelo diploma. Desculpa dizer, mas a realidade é essa. Não tem mais amor ao curso. Não tem mais – ah, eu escolhi isso, escolhi fazer isso. Só está aqui querendo se formar. Não importa o curso. Não importa o quê. Só importa o diploma, e o resto a gente vê o que faz depois. É mais ou menos isso (Kelly, estudante preta).

Esta situação de violência leva os estudantes violentados ao afastamento integral ou parcial, ou à procura de construir estratégias para se manter no ambiente acadêmico. O estudante Orlando, do curso de Psicologia, faz uma relação entre violência simbólica e a evasão de uma amiga:

Eu acho que ser estudante negro nesta universidade, na minha perspectiva, é uma coisa que traz muitos ganhos, traz muitas também dificuldades. É muito difícil o processo. É um processo em que você adquire muitos conhecimentos e se depara com muitas situações que anteriormente você não enfrentava.  
[...] Ser estudante negro... eu já tive uma amiga que saiu da universidade muito por essa questão. Parecia que, pelo que ela me falava, esse lugar era um pouco agressivo para ela. Como se houvesse vários focos de violência simbólica, e ela não conseguiu sustentar isso, articulado com outras coisas de permanência. A questão de moradia que ela também não conseguia articular. Então, ela não conseguiu sustentar esse lugar, e ela evadiu, ela saiu do curso (Orlando, estudante preto).

A evasão é um dos possíveis resultados da violência simbólica sofrida por estudantes negros na universidade, entretanto há estudantes que acabam suportando o não reconhecimento no espaço acadêmico e continuam na universidade. Este parece ser o caso de João Paulo (da área de Ciências Sociais Aplicadas), que, mesmo identificando a violência sofrida, entende que continuar na universidade é necessário para um “bem maior”:

Uma das coisas que mais percebi foi que, quando cheguei na sala, tinha três ou quatro negros e 35 brancos. A gente sente um pouco essa questão e foi um pouco difícil para mim porque os papos e as conversas não eram iguais. Às vezes eles falavam de coisas que eu não entendia muito bem porque não fazia parte da minha vivência. Foi um pouco difícil para mim. Cheguei a ter, nos finais de semana, momentos de chorar, de ficar pensando na solidão, de querer voltar para casa. Mas eu sabia que era para um bem maior, eu fui, consegui e fui na força do ódio mesmo como a gente diz, consegui continuar (João Paulo, estudante preto).

Os depoimentos acima ilustram bem o sentimento de Lima Barreto (1969, p. 130) ao afirmar que “[...] é triste não ser branco”. Estas violências são geradas a partir da construção simbólica do espaço da universidade como um espaço essencialmente branco, e, por muitas vezes, elas são reproduzidas por indivíduos, como professores e outros estudantes. Lorena, em outra parte de sua entrevista, afirma que viu um professor ser preconceituoso:

Preconceito e discriminação têm. É uma coisa que, às vezes, a gente acaba fazendo de forma inconsciente. Eu já presenciei professor menosprezando uma pessoa que veio de uma região mais periférica porque o ensino da uma região periférica é ruim. Que a qualidade de ensino da [nome da universidade federal paulista] vai cair se for mais aberta para alunos de escola pública. E a gente sabe que a maioria é de periferia. A maioria de pessoas de periferia que vem de escola pública, são pessoas pardas e negras. A gente vê um preconceito velado aí (Lorena, estudante parda).

Lorena relaciona o menosprezo ao estudante que veio da periferia à questão racial, já que a maioria das pessoas da periferia são negras. Compreende que, mesmo que eventualmente a pessoa menosprezada seja branca, o menosprezo à periferia acaba se estendendo aos estudantes negros, já que, muito provavelmente, grande parcela dos estudantes negros ali vieram de periferia e de escolas públicas.

Estas falas dos estudantes evidenciam o quanto o racismo em sua dimensão simbólica é um grande problema para a permanência de estudantes negros nas instituições de ensino superior.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreender os motivos que levam à evasão é fundamental para construir uma política de permanência que contemple todos os estudantes. Grande parte das políticas de permanência levam em conta somente a dimensão material, compreendendo a permanência somente em seu aspecto financeiro. Evidentemente a questão financeira é essencial, mas por si só não consegue garantir as condições necessárias para que estudantes negras/os se mantenham na universidade, como pudemos perceber a partir dos depoimentos dos estudantes.

Como afirmamos na segunda parte do texto, o racismo é um dos principais problemas da sociedade, e não há nenhum espaço social que escape das mediações do racismo. Entender isso é necessário porque o racismo não nasce no interior da universidade, mas, se é desejo da instituição possibilitar que negros/as tenham condições de ingressar e de se formar com qualidade, criar mecanismos para que a instituição não seja lugar violento para pessoas é primordial.

Sendo assim, pesquisas sobre o racismo em sua dimensão simbólica, que tenham por objetivo demonstrar os limites das políticas que temos, são um primeiro passo para construirmos uma política de permanência que leve em conta as necessidades de negros/as que historicamente foram excluídos da universidade. Estes agora conseguem ingressar nas instituições de ensino superior, mas a transformação na compreensão de permanência

estudantil é imprescindível para que pessoas negras não desistam dos espaços acadêmicos por serem negras e não se sentirem à vontade nas universidades. Neste sentido, a luta por uma universidade que tenha condições de receber esses estudantes é uma luta antirracista.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 7 fev. 2021.

BARRETO, Lima. **Diário íntimo**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1969.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz A.; DAFLON, Verônica T.; VENTURINI, Anna C. O conceito de ação afirmativa. In: FERES JÚNIOR, João *et al.* **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. p. 13-25.

FERNANDES, Claudia Monteiro. Ações afirmativas como política de combate às desigualdades raciais e de gênero na educação superior brasileira: resultados das últimas décadas. **Novos Olhares Sociais**, v. 5, n. 1, p. 8-39, 2022.

JESUS, Rodrigo Ednilson de; VIDEIRA, Piedade Lino; LIMA, Luciana Conceição de; REIS, Dyane Brito; SANTOS, Wellington Oliveira dos; RODRIGUES, Tatiane Consentino; PASSOS, Joana Célia dos. **Reafirmando direitos: trajetórias de estudantes cotistas negros(as) no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Ações Afirmativas no Ensino Superior, 2019.

GOMES, Nilma L. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HERINGER, Rosana; CARREIRA, Denise (org.). **10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ação Educativa, 2022.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2018.

MENDES, M. T. Mapeando a produção sobre permanência estudantil: categorias em articulação e estratégias de permanência. **Revista de Estudos Universitários - REU**, Sorocaba, SP, v. 46, n. 2, p. 385-407, 2020.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

ROSA, Evellyn G. da; ALVES, Míriam C. Estilhaçando a máscara do silenciamento: movimentos de (re)existência de estudantes negros/negras. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Pelotas, v. 40, p.1-14, 2020.

SANTOS, Dyane Brito Reis. Curso de branco: uma abordagem sobre acesso e permanência entre estudantes de origem popular nos cursos de saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). **Revista contemporânea de educação**, v. 12, n. 23, p. 31-50, 2017.

SANTOS, Dyane B. R. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTOS, Gislene A. dos. **A invenção do ser negro**: um percurso das ideias que naturalizam a inferioridade dos negros. São Paulo: Pallas, 2002.

SODRÉ, Muniz. **Fascismo da cor**. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

VELOSO, Tereza C. M. A.; MACIEL, Carina E. Acesso e permanência na educação superior: análise da legislação e indicadores educacionais. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 51, n. 37, p. 224-250, jan./abr. 2015.

Recebido em: 16 abr. 2023.

Aceito em: 13 dez. 2023.